



**CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO
PÚBLICA DE BARRA DO PIRAÍ S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**



CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE BARRA DO PIRAÍ S.A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de Administração

Balanços Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores da
Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.
Barra do Piraí - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A. (“Companhia”)** em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Barra do Piraí**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas, as quais emitimos relatório em 22 de julho de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2025

FLB AUDITORES S/S

CRC 2SP046860/O-5

Fernando Luis de Barros

Sócio - Diretor

Contador 1SP292087/O-3

CNAI 5966

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

Considerações Operacionais

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação da Luz do Vale como uma das principais referências em eficiência e qualidade operacional entre as concessões de iluminação pública no estado do Rio de Janeiro. Com a manutenção dos elevados índices de desempenho, seguimos entregando um serviço com foco na agilidade, na comunicação com os municípios e na melhoria constante da percepção de segurança e bem-estar urbano.

Finalizamos em 2024 o projeto de iluminação do distrito de Ipiabas, cuja execução foi integralmente realizada pela equipe da LDV, com foco em soluções técnicas de iluminação cênica e turística. O projeto, que alia qualidade luminotécnica à valorização do patrimônio histórico e cultural do distrito, ampliou o escopo de atuação da concessionária e agregou um novo know-how à equipe.

Com um parque de mais de 11 mil pontos de iluminação operando com tecnologia LED, mantivemos um rigoroso controle dos atendimentos corretivos, assegurando novamente o cumprimento da meta de atendimento em até 48h. Nossos canais de atendimento foram aperfeiçoados, com destaque para a interface digital e a integração com sistemas internos de gestão, que possibilitam o monitoramento em tempo real dos chamados.

Considerações Contratuais

Em 2024, mantivemos relação estreita e colaborativa com o poder concedente, especialmente na continuidade do plano de expansão do parque e na definição de projetos especiais com foco em eficiência e valor urbano. A conclusão de Ipiabas reforçou esse alinhamento e abriu caminho para novas parcerias em regiões turísticas e históricas da cidade.

Além disso, a concessionária tem participado ativamente das discussões de planejamento urbano, contribuindo com dados técnicos e propostas para o uso inteligente da infraestrutura de iluminação como ferramenta de desenvolvimento e integração comunitária.

Considerações Financeiras

Financeiramente, 2024 foi um ano de resultado positivo. A receita da concessão seguiu sua curva de crescimento natural, acompanhando a expansão do parque e a consolidação da arrecadação da COSIP. O controle rigoroso de custos operacionais, a eficiência administrativa e a disciplina na execução orçamentária permitiram a geração de caixa suficiente para o cumprimento de todas as obrigações contratuais, fiscais e trabalhistas.

A distribuição de dividendos foi realizada de forma regular e sustentada. O resultado do exercício, mesmo após os investimentos realizados, reflete a maturidade financeira da concessão e a capacidade de entrega com responsabilidade econômica.

Sustentabilidade e Inovação

Reforçamos nosso compromisso com a sustentabilidade, por meio do uso exclusivo de luminárias LED de alta eficiência e do incentivo ao uso consciente e moderno de energia. Continuamos a integrar dados operacionais à plataforma de inteligência da holding, participando de projetos de monitoramento preditivo e de simulação de cenários futuros de expansão.

Além disso, estamos iniciando estudos para aproveitamento da infraestrutura de iluminação para instalação de tecnologias, com foco em conectividade e segurança urbana.

Considerações Finais

O ano de 2024 consolidou a Luz do Vale como um ativo estratégico na gestão urbana de Barra do Piraí. O comprometimento da equipe, a parceria com o poder público e o apoio institucional da holding foram fundamentais para alcançarmos um novo patamar de excelência.

Agradecemos a todos os colaboradores, fornecedores, parceiros e, especialmente, à Prefeitura de Barra do Piraí pela confiança e parceria. Seguimos firmes na missão de iluminar com eficiência, inteligência e respeito à cidade.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	Nota	2024	2023
ATIVO			
Circulante		5.002.485	4.924.263
Caixa e equivalentes de caixa	3	591.750	329.397
Contas a receber	4	4.097.066	4.097.066
Tributos a compensar e a recuperar	5	292.015	494.087
Adiantamentos a terceiros		1.440	57
Despesas antecipadas		20.214	-
Transações com Partes Relacionadas	6	-	3.657
Não Circulante		45.244.314	48.279.459
Contrato de Concessão - Ativo Financeiro	7	43.934.291	43.162.188
Imobilizado	8	1.310.023	2.629.939
Projeto em Desenvolvimento	9	-	2.487.332
TOTAL DO ATIVO		50.246.799	53.203.722
PASSIVO			
Circulante		3.498.240	3.030.462
Fornecedores		184.436	5.847
Obrigações trabalhistas	10	82.764	54.613
Tributos a recolher	11	210.741	134.763
Contas a Pagar		8.273	-
Direito de Uso - Investimento em Luminárias	12	1.840.573	1.183.474
Outras obrigações de ativo de contrato	13	1.142.904	1.142.904
Outras obrigações		28.549	41.398
Dividendos Obrigatórios		-	467.462
Não Circulante		22.197.429	28.264.991
Transações com partes relacionadas		-	200.000
Tributos diferidos	12	7.541.498	7.844.681
Direito de Uso - Investimento em Luminárias	6	1.161.074	3.288.719
Obrigações Contratuais	13	13.304.426	14.122.122
Dividendos Propostos	13	190.431	2.809.469
Patrimônio Líquido	14	24.551.129	21.908.268
Capital social		1.629.000	1.629.000
Reserva Legal	15	325.800	325.800
Reserva de lucros		15.055.522	14.342.289
Reserva de Lucros a realizar		5.014.141	3.284.513
AFAC		2.526.666	2.326.666
TOTAL DO PASSIVO		50.246.799	53.203.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITA BRUTA		12.464.629	9.328.737
Impostos sobre vendas		(1.776.234)	(1.329.345)
RECEITA LÍQUIDA	16	10.688.395	7.999.392
Custos de serviço prestado	17	(2.367.842)	(1.680.857)
LUCRO BRUTO		8.320.553	6.318.535
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.374.723)	(3.449.928)
Despesas administrativas	18	(1.663.273)	(1.846.484)
Resultado financeiro	19	4.896.779	4.522.764
Depreciação e amortização		(1.430.561)	(1.425.592)
Outras receitas e despesas	20	(6.177.668)	(4.700.616)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		3.945.830	2.868.608
IRPJ	21	(814.970)	(397.991)
CSLL	21	(302.029)	(151.917)
IRPJ - Diferido e Prejuízo Fiscal	21	222.929	1.053.879
CSLL - Diferido e Base Negativa	21	80.254	379.397
LUCRO DO EXERCÍCIO		3.132.014	3.751.975

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do exercício	3.132.014	3.751.975
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>3.132.014</u>	<u>3.751.975</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Descrição	Capital social	Reserva de lucro				Reserva de Lucros à Realizar	Adiantamento p/ Futuro aumento de capital	Total
		Reserva Legal	Reserva de lucros	Reserva de Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.629.000	325.800	13.605.053	716.055	-	800.000	17.075.908	
Resultado do Exercício	-	-	3.751.975	-	-	-	3.751.975	
Dividendos Obrigatórios	-	-	(467.462)	-	-	-	(467.462)	
Reserva de Lucro	-	-	-	-	-	1.526.666	1.526.666	
Reserva de Investimento	-	-	716.055	(716.055)	-	-	-	
Reserva de Lucro à Realizar	-	-	(3.284.513)	-	3.284.513	-	-	
Exercícios Anteriores	-	-	21.180	-	-	-	21.180	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.629.000	325.800	14.342.289	-	3.284.513	2.326.666	21.908.268	
Resultado do Exercício	-	-	3.132.013	-	-	-	3.132.013	
Reserva de Lucro	-	-	1.402.385	-	(1.402.385)	200.000	200.000	
Reserva de Lucro à Realizar	-	-	(3.132.014)	-	3.132.014	-	-	
Exercícios Anteriores	-	-	(689.153)	-	-	-	(689.153)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.629.000	325.800	15.055.522	-	5.014.141	2.526.666	24.551.129	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	3.945.830	2.868.608
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.430.561	1.644
IRPJ Corrente	(814.970)	(397.991)
CSLL Corrente	(302.029)	(151.917)
IRPJ - Diferido e Prejuízo Fiscal	222.929	1.053.879
CSLL - Diferido e Base Negativa	80.254	379.397
Ajustes de exercícios anteriores	(689.153)	-
	<u>3.873.423</u>	<u>3.753.620</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição no capital circulante:		
Redução (Aumento) de contas a receber de clientes e outras	-	39.043
Impostos a Recuperar	202.072	(1.520.910)
(Redução) Aumento de outros ativos	(1.383)	145.586
(Redução) Aumento de contas a pagar a fornecedores e outras	(2.314.230)	(10.459)
Salários e Encargos sociais	28.825	(14.569)
Obrigações tributárias	(227.879)	(925.213)
Contrato de Concessão	-	(1.887.004)
Despesas Antecipadas	(20.214)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>1.540.613</u>	<u>(419.906)</u>
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de negócios	-	(1.687.332)
Adições ao imobilizado	(110.645)	1.382.226
Ativo financeiro - Contratos de concessão	1.715.228	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>1.604.583</u>	<u>(305.106)</u>
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Destinação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(1.195.338)
Captação e pagamento Mútuo e parte relacionada	3.657	-
AFAC	200.000	-
Reserva de Lucros	-	1.963.752
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(3.086.500)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(2.882.843)</u>	<u>768.414</u>
Aumento nas Disponibilidades	<u>262.353</u>	<u>43.402</u>
Varição no saldo de disponibilidades		
No início do exercício	329.397	285.995
No final do exercício	591.750	329.397
Saldo Final	<u>262.353</u>	<u>43.402</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S/A, ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Companhia tem sede na Cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Vereador Chequer Elias, Depósito 3057, Vila Helena, CEP 27.120-320.

Tem como objeto social a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Barra do Piraí – RJ, nos termos do contrato de Concessão firmado com o Município, decorrente do edital da Concorrência nº 003/2019. O objeto prevê, também, a execução de atividades correlatas e exploração de fontes de receitas acessórias, nos termos do Contrato de Concessão, sendo vedada a prática de quaisquer atos estranhos ao objeto social.

A remuneração do Poder Concedente à Companhia, pelos serviços prestados, ocorre através do pagamento das contraprestações mensais. O pagamento dos valores devidos à Concessionária é realizado e assegurado pelo crédito orçamentário das dotações, incluindo seus correspondentes nos anos subseqüentes e suas eventuais suplementações.

O prazo da concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, admitida a sua eventual alteração ou prorrogação, na forma do Contrato de Concessão e de acordo com o estipulado no artigo 5º, inciso I da Lei de PPP – Parcerias Público-Privadas.

A duração da Companhia corresponde ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, e posterior apuração e liquidação de haveres sociais que se façam devidos.

2. Base de preparação e apresentação e principais políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis individuais (em conjunto denominadas “demonstrações contábeis”) pela Administração ocorreu em 10 de março de 2025.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis incluem as informações da Companhia e suas controladas, descritas acima. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:

- As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas;
- Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados;

Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora.

b) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no de reconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

d) Investimento

Estão demonstrados ao custo de aquisição e, quando aplicável, deduzidos ao valor de realização. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Nas demonstrações contábeis consolidadas reconhece-se os ativos, passivos, receitas e despesas das respectivas empresas controladas. As distribuições recebidas dessas investidas reduzem o valor contábil do investimento.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

f) Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Impostos sobre a receita

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

i) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Provisões para risco de crédito

As provisões para risco de crédito estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Pirai S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Este critério também é aplicado para avaliar perda por redução ao valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, os quais são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas e Bancos	591.750	329.397
	591.750	329.397

4. Contas a receber

Saldo com as contas a receber, como segue:

	2024	2023
Contrato de Concessão - Ativo Financeiro (a)	4.097.066	4.097.066
	4.097.066	4.097.066

(a) Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Barra do Piraí, cujo prazo de concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

5. Tributos a compensar/ recuperar

	2024	2023
INSS a Recuperar	173.194	213.940
INSS a Compensar	36.981	180.542
PIS a Recuperar	-	3.569
COFINS a Recuperar	-	16.447
CSLL a Recuperar	23.802	23.482
IRPJ a Recuperar	58.037	56.106
	292.015	494.087

6. Transações com partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

Empresa	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Concessionária Miguel Pereira	-	-	3.657	-
Endor Energia S.A.	-	-	-	200.000
	-	-	3.657	200.000

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

7. Contrato de Concessão – Ativo Financeiro

A Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí, investida da Endor Energia S.A., possui Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública junto ao município de Barra do Piraí, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Concessionária reconhece em seu ativo, a totalidade do contas a receber pelos 25 (vinte e cinco) anos do Contrato de Concessão, uma vez que esse ativo deriva de um acordo contratual existente e a Companhia possui o direito legal de receber pelos serviços que estão sendo prestados.

	2024	2023
Contrato de Concessão - Ativo Financeiro	43.934.291	43.162.188
	43.934.291	43.162.188

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

8. Imobilizado

Composição dos saldos

Movimentação

Descrição	2024				2023		
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	8.844	(2.352)	6.492	6.387	(1.511)	4.876
Computadores	20%	42.393	(7.737)	34.656	23.673	(1.096)	22.577
Máquinas e Equipamentos	10%	4.893	(433)	4.459	-	-	-
Direito de Uso (Aditivo I)	20%	6.092.667	(5.280.311)	812.355	6.192.667	(4.231.655)	1.961.012
Direito de Uso (Aditivo II)	20%	935.295	(483.236)	452.058	935.295	(311.765)	623.530
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	-	17.944	-	17.944
		7.084.092	(5.774.069)	1.310.023	7.175.966	(4.546.027)	2.629.939

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	2023	Adições	Baixas	2024
Custo				
Móveis e utensílios	6.387	2.456	-	8.843
Computadores	23.673	18.720	-	42.393
Máquinas e Equipamentos	-	4.892	-	4.892
Direito de Uso (Aditivo I)	6.192.667	-	(100.000)	6.092.667
Direito de Uso (Aditivo II)	935.295	-	-	935.295
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	17.944	-	(17.944)	-
	7.175.966	26.069	(117.944)	7.084.091
Depreciação				
Móveis e utensílios Depreciação	(1.511)	(841)	-	(2.352)
Computadores Depreciação	(1.096)	(6.677)	37	(7.736)
Máquinas e Equipamentos Depreciação	-	(785)	352	(433)
Direito de Uso (Aditivo I) Depreciação	(4.231.655)	(1.235.200)	186.544	(5.280.311)
Direito de Uso (Aditivo II) Depreciação	(311.765)	(187.059)	15.588	(483.236)
	(4.546.027)	(1.430.561)	202.519	(5.774.069)
Imobilizado líquido	2.629.939	(1.404.492)	84.575	1.310.023

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

9. Projeto em Desenvolvimento

Composição dos saldos

Descrição	Taxa de depreciação	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Projeto - Iluminação PPP		-	-	-	2.487.332	-	2.487.332
		-	-	-	2.487.332	-	2.487.332

10. Obrigações trabalhistas e encargos

Circulante	2024	2023
Salários a Pagar	20.992	15.349
IRRF - Trabalho Assalariado	1.219	674
INSS a Recolher	9.865	8.000
FGTS a Recolher	3.614	2.745
Férias	34.768	20.194
INSS s/ Férias	9.525	5.989
FGTS s/ Férias	2.781	1.663
	82.764	54.614

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

11. Obrigações fiscais

Circulante	2024	2023
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.081	127
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	106.475	22.076
PIS - Programa de Integração Social	10.974	11.467
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	50.549	52.822
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	39.051	9.685
ISS - Impostos sobre Serviços / Terceiros	2.515	2.292
CSRF - Contribuição Social de Retidos na Fonte	94	407
Parcelamento Fiscal	-	35.887
	210.741	134.763

12. Direito de Uso – Investimentos em Luminárias

Ativo constituído em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

	2024	2023
Direito de Uso (Aditivo I) - Invest em Luminárias	2.775.000	4.425.000
Juros Direito de Uso (Ad I) - Invest em Luminárias	(215.711)	(598.617)
Direito de Uso (Aditivo II) - Invest em Luminárias	495.000	765.000
Juros Direito de Uso (Ad II) - Invest em Luminárias	(52.642)	(119.190)
	3.001.647	4.472.193

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	2024	2023
Circulante	1.840.573	1.183.474
Não circulante	1.161.074	3.288.719
	3.001.647	4.472.193

Contratos de arrendamento de luminárias firmados entre a Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí, investida da Endor Energia S.A., junto a Stylux Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A – CNPJ: 36.012.916/0001-09, considerando que a arrendadora é fabricante e detentora de equipamentos compostos por módulo emissor de luz de LED, carcaça e outros componentes responsáveis pelo direcionamento, fixação e proteção da fonte de luz (sendo esse conjunto denominado “Luminárias”) que permitem a redução de custos e otimização do consumo de energia. O arrendador tem a obrigação de vender a Companhia, pelo preço total de R\$ 1,00 (um real), a totalidade das luminárias arrendadas no âmbito do Contrato de Arrendamento de Luminárias.

13. Obrigações Contratuais – Ativo Financeiro

A Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí, controlada da Endor Energia S.A., possui Contrato de Concessão Administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos ao fornecimento, modernização, otimização, eficientização expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública junto ao município de Barra do Piraí, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Concessionária reconhece em seu passivo, a totalidade das obrigações contratuais que serão incorridas ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos do Contrato de Concessão, uma vez que esse passivo deriva de um acordo contratual existente e a Companhia possui a obrigação de honrar.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Obrigações Contratuais - Ativo Financeiro	14.447.330	15.265.026
	<u>14.447.330</u>	<u>15.265.026</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	1.142.904	1.142.904
Não circulante	13.304.426	14.122.122
	<u>14.447.330</u>	<u>15.265.026</u>

14. Dividendos Propostos

Saldo residual dos dividendos propostos, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Endor Energia S.A.	190.431	3.276.931
	<u>190.431</u>	<u>3.276.931</u>

Não foram destinados dividendos no ano de 2024, uma vez que os lucros não realizados superaram o resultado do exercício.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição do capital social da Companhia é da seguinte forma:

Acionistas	2024		2023	
	Quantidade de quotas	Participação	Quantidade de quotas	Participação
Endor Energia S.A.	100	100%	100	100%
Total de ações	100	100%	100	100%
Patrimônio Líquido	2024	2023		
Capital social	1.629.000	1.629.000		
Reserva Legal	325.800	325.800		
Reserva de lucros	15.055.522	14.342.289		
Reserva de lucros a realizar	5.014.141	3.284.513		
AFAC	2.526.666	2.326.666		
Total	24.551.130	21.908.268		

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.629.000,00 divididos em 100 quotas.

b) Destinações do lucro

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, artigo 193).

A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal e deduzido dos lucros não realizados decorrentes das atualizações do Ativo Financeiro.

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

A reserva para investimentos será constituída com valor entre 5% e 75% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, respeitando o limite máximo de 80% do capital social subscrito, e terá como finalidade o financiamento dos investimentos da Companhia no Contrato de Concessão.

A Companhia celebrou um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para concessão de iluminação pública, com prazo de 25 anos, reconhecendo a receita total no momento inicial (D0) e sua atualização anual, conforme os CPCs 47 e 17. Esse reconhecimento resultou em um lucro líquido significativo, cuja realização financeira ocorrerá ao longo do contrato. Para preservar a liquidez e a continuidade operacional, foi constituída uma Reserva de Lucros a Realizar.

Em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia efetuará a destinação do saldo existente em reserva de lucros, conforme determinado em seu Estatuto e Lei nº 6.404/76.

16. Receita Líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Serviços		
Receita Serviços Prestados	12.464.629	9.328.737
(-) Deduções da Receita Bruta		
(-) Impostos Incidentes s/ Faturamento		
ISS	(623.231)	(466.437)
PIS	(205.670)	(153.924)
COFINS	(947.333)	(708.984)
	<u>10.688.395</u>	<u>7.999.392</u>

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

17. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Custos Operacionais		
Epi	21.299	53.489
Apoio Técnico	392.845	285.799
Materiais	321.191	304.483
Combustível	98.231	59.573
Energia Elétrica Parque	686.296	611.503
Software	-	16.317
Seguros	2.061	44.451
Uniforme	-	21.014
Locação	969.291	396.439
Assessorias e Consultorias	274.084	201.735
Viagens	12.860	3.867
Serviços de Engenharia	-	19.186
(-) Créditos Tributários	(410.315)	(336.999)
	2.367.842	1.680.857

18. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Pessoal	676.545	422.853
Aluguéis	78.243	10.981
Internet	183	1.511
Telefonia/ telecomunicações	756	8.187
Energia Elétrica	7.709	6.253
Serviços Prestados PJ	43.198	240.902
Serviços de Limpeza	22.447	6.536
Informática	87.014	11.477
Lanches / Restaurante	6.243	42.627
Passagens Aéreas e Ônibus	38.862	4.774
Hospedagem	-	650
Combustível	4.232	667

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Fretes e Correios	83.823	5.463
Outros Materiais	-	319.581
Materiais elétricos e eletrônicos	2.753	166.599
Materiais de uso e consumo	10.795	50.301
Contabilidade	77.084	74.126
Consultoria	321.498	121.502
Outras	41.205	855
Auditoria	14.200	18.500
Advocacia	144.000	313.000
Conselhos Regionais	(20)	1.948
Propaganda e Publicidade	2.500	2.690
Despesas com Cartões de Créditos	-	14.500
	1.663.273	1.846.483

19. Resultado financeiro, líquido

As receitas (despesas) financeiras dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	(7.041)	(5.756)
Juros e Multas	(14.805)	(31.942)
Juro / (Aditivo I)	(382.906)	(542.401)
Juro / (Aditivo II)	(66.549)	(89.447)
Ajuste a Valor Presente - Obrig Contratuais	(891.806)	(891.085)
Atualização IPCA - Obrig Contratuais	(772.013)	(659.094)
IOF	(163)	(2.044)
PIS s/ Receitas Financeiras	(183)	(553)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(1.129)	(3.404)
	(2.136.595)	(2.225.726)
Receitas Financeiras		

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

Atualização IPCA - Ativo Financeiro	2.300.472	2.139.618
Ajuste a Valor Presente - Ativo Financeiro	4.703.946	4.523.780
Descontos Obtidos	615	12
Rendimento Aplicação Financeira	28.131	12.762
Receitas Financeiras	210	72.318
	7.033.374	6.748.490
	4.896.779	4.522.764

20. Outras receitas e despesas

	2024	2023
Impostos / Taxas e Contribuições	(2.662)	(2.822)
Outras Despesas	(4.847)	(31.781)
Depreciação Arrendamento Mercantil	-	(1.425.592)
Amortização de Ativo Financeiro	(6.232.315)	(4.664.369)
Outras Receitas	62.155	-
	(6.177.668)	(6.124.564)

Concessionária de Iluminação Pública de Barra do Piraí S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Em reais, exceto quando indicado o contrário)

21. Imposto de renda e contribuição social corrente / diferido

As despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são compostas como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos correntes		
Imposto de renda - Corrente	(814.970)	(397.991)
Contribuição social - Corrente	(302.029)	(151.917)
	<u>(1.116.999)</u>	<u>(549.908)</u>
Impostos diferidos		
Imposto de renda - Diferido	222.929	1.053.879
Contribuição social - Diferida	80.254	379.397
	<u>303.183</u>	<u>1.433.276</u>

22. Seguros

A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, manteve cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.